



7º FÓRUM ABERTO DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA APROPRIAÇÃO CULTURAL - ENTRE O RECONHECIMENTO E A INVISIBILIZAÇÃO

Inscrições até o dia 04-11-2025, neste link



DATA/PERÍODO	07-11-2025 (6ª-feira)			
HORÁRIO	9h às 11h45; 13h45 às 18h			
FORMATO	Fórum •			
MODALIDADE	Presencial •			
APOIO, PARCERIA	Coletivo Negro do TRT4, Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT4 e Sintrajufe			
DIÁRIAS	Há previsão de pagamento de diárias aos(às) participantes do TRT4, quando devidas. Despesas com deslocamento poderão ser ressarcidas, conforme orientações disponíveis aqui.			
LOCAL	Plenário Milton Varela Dutra - TRT4 (Av. Praia de Belas, 1.100, Porto Alegre, RS).			
DOCENTES	Papel	Nome completo	Currículo resumido	
	Palestrante	Hédio Silva Júnior	Advogado, Mestre e Doutor em Direito pela PUC-SP.	

	Instrutora de grupo de discussão	Isadora Pereira Trajano	Advogada Criminalista, Fundadora do Projeto Defesa Periférica, Gestora no Centro de Ensino Galeano.		
	Instrutora de grupo de discussão	Glaucia Maria Dias Fontoura	Psicóloga, Especialista em Políticas Públicas de Gênero, Raça e Promoção da Igualdade pela PUCRS. Mestra em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 e de outros regionais; Estagiários(as) do TRT4, Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 aposentados(as); Estudantes; Advogados(as); Público externo em geral.				
VAGAS/N° DE PARTICIPANTES	200				
CARGA HORÁRIA	7 horas-aula				
JUSTIFICATIVA	"Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista." Inspirados nas palavras de Angela Davis, o 7º Fórum Aberto de Educação Antirracista reafirma o compromisso da Escola Judicial do TRT4, em parceria com o Coletivo de Servidoras Negras e Servidores Negros e o Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, em promover espaços de diálogo, escuta e aprendizado voltados à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Mais do que um evento, o Fórum é um convite à reflexão coletiva sobre como o racismo se manifesta nas estruturas, nos hábitos e nas relações cotidianas — muitas vezes de forma sutil —, e sobre o que cada um de nós pode fazer para enfrentá-lo de maneira consciente e ativa. A proposta é fortalecer uma educação antirracista, capaz de despertar o olhar crítico e sensível para temas como apropriação cultural, racismo religioso, apagamento cultural e invisibilidade das contribuições negras à sociedade brasileira. A discussão sobre apropriação cultural é especialmente importante, pois ajuda a compreender como práticas aparentemente inofensivas — como adotar símbolos, expressões ou roupas de culturas afro-brasileiras e indígenas sem reconhecer suas origens — podem reforçar desigualdades históricas. Quando elementos sagrados, políticos ou identitários são transformados em simples tendências ou produtos, o resultado é o esvaziamento de significados e o apagamento de histórias. O Fórum também lança luz sobre o racismo religioso, que se expressa na intolerância e no preconceito contra religiões de matriz africana, e sobre o racismo recreativo, que disfarça ofensas e estereótipos sob a forma de piadas e brincadeiras. Ambas as práticas revelam o quanto ainda precisamos avançar na compreensão e no respeito à diversidade cultural e espiritual que forma o Brasil. Ao reunir magistrados, servidores e a comunidade em torno desses debates, o 7º Fórum Aberto de Educação Antirracista reafirma o papel da Justiça do Trabalho como agente de transformação social. Mais do que r				
EMENTA	Reflexões sobre apropriação cultural, racismo religioso e racismo recreativo. Diálogo sobre apagamento cultural, invisibilidade e valorização das contribuições negras. Educação antirracista, pensamento crítico e compromisso com a diversidade.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	 Apropriação cultural Racismo religioso Racismo recreativo Interseccionalidades atravessadas por estes conceitos. 				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Estimular, por meio da educação, a tomada de postura e a adoção de práticas antirracistas. Ao final do curso, espera-se que o(a) aluno(a) seja capaz de: Compreender os conceitos de apropriação cultural, racismo religioso e racismo recreativo, bem como as suas intersecções; Compreender como o racismo opera na sociedade brasileira;				

	 Reconhecer ações e omissões que sustentam e perpetuam o racismo; Pensar criticamente a respeito das escolhas políticas que contribuem para a manutenção das desigualdades; Pensar em políticas públicas e institucionais antirracistas; Refletir sobre o papel de cada cidadão no enfrentamento ao racismo. 				
METODOLOGIA	O evento iniciará com uma palestra do advogado Hédio Silva Jr. sobre racismo religioso. À tarde, o evento prossegue com a realização de grupos de discussão sobre a apropriação cultural e suas interseccionalidades. Relatores coletarão as principais ideias para a leitura na plenária. O evento encerra com uma atração cultural (a definir).				
AVALIAÇÃO	Para magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4 e de outros regionais: - Avaliação de aprendizagem: Registro reflexivo acerca das aprendizagens que o curso proporcionou e a sua aplicação na rotina laboral, por meio de formulário no SisEJud. - Avaliação de reação. Os(As) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando as avaliações estiverem disponíveis para preenchimento e deverão observar o prazo informado.				
CERTIFICAÇÃO	- Magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) do TRT4 e de outros regionais A certificação será condicionada à: - Frequência mínima de 75% para servidores(as) e integral para magistrados(as). - Realização da avaliação de aprendizagem satisfatoriamente, dentro do prazo informado. - O(A) aluno(a) receberá um e-mail para responder à Avaliação de Reação na semana seguinte ao prazo final de encerramento da turma. Na mesma oportunidade, o certificado dos(as) alunos(as) aprovados(as) estará disponível no SisEJud.				
	- Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 aposentados(as), estudantes. advogados(as) e público externo em geral Para aqueles(as) que registrarem a frequência mínima nas atividades (75%), será disponibilizada uma declaração de participação, que poderá ser consultada pelos(as) próprios(as) interessados(as) diretamente no SisEJud.				
ACESSIBILIDADE	Serão oferecidos recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades indicadas pelos(as) interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud.				
FINALIDADES	 Magistrados(as): Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão; Formação Continuada; Promoção por Merecimento. Servidores(as): Adicional de Qualificação; Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão; Promoção. 				
PROGRAMA	9h - 9h30: Credenciamento 9h30 - 10h: Boas vindas das autoridades e promotores do evento presentes na solenidade de abertura 10h - 11h45: Exposição do Dr. Hédio Silva Jr. sobre apropriação cultural, com ênfase em racismo religioso e suas consequências sobre a população negra. 11h45 - 13h45: Intervalo para o almoço 13h45 - 14h: Frequência 14h - 15h15: Duas rodas de conversa com dois grupos distintos e com temáticas envolvendo as nuances da apropriação cultural. A mediação será feita por Isadora Pereira Trajano e por Gláucia Maria Dias Fontoura 15h15 - 16h30: Seguem os debates nas rodas de conversa com inversão dos temas entre os dois grupos 16h30 - 17h: Intervalo 17h: Apresentação das conclusões dos grupos 17h30 - 18h: Apresentação cultural - Cia de Música e Dança Afro-Sul Odomode				
BIBLIOGRAFIA	Será divulgada durante o curso.				
OBSERVAÇÕES	Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os				

afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90.

Magistrados(as) do TRT4: Em atendimento à solicitação da Corregedoria Regional, informamos que, no período de frequência do curso, não haverá substituição por outro/a magistrado/a e que as pautas porventura remanejadas serão realizadas necessariamente pelo(a) interessado(a).



Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes



Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:

 Ø 1) Público Interno do TRT4 - Magistrados(as) e Servidores(as), inclusive aposentados(as);

 Ø 2) Público Externo.

CURRÍCULOS COMPLETOS

Hédio Silva Júnior

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpg.br/6292081638888056

Advogado, Mestre em Direito Processual Penal e Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; ex-Coordenador Geral da Comissão de Liberdade Religiosa do Conselho Seccional da OAB/SP; ex-Conselheiro Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo, tendo presidido por 2 mandatos as Comissões de Direitos Humanos e de Liberdade Religiosa; há 24 anos desenvolve litigância pro-bono em defesa da igualdade racial e dos direitos das religiões afro-brasileiras, autor de teses, livros e artigos sobre liberdade de crença, racismo, racismo religioso, ações afirmativas e defesa do patrimônio cultural afro-brasileiro; autor de parecer jurídico que subsidiou a defesa judicial do patrimônio cultural imaterial dos templos religiosos afro-brasileiros atingidos pelo desastre socioambiental do rompimento de barragem de mineradora em Brumadinho e advogado das religiões afro-brasileiras no Supremo Tribunal Federal, tendo sido o advogado que defendeu a constitucionalidade do abate religioso de animais, dentre outros processos; ativista do Movimento Negro há 40 anos. (Texto informado pelo autor). Última atualização do currículo em 02/09/2025.

Isadora Pereira Traiano

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3666106229468858

Atualmente advogada criminalista, possui bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Estácio do Rio Grande do Sul (2020). Bolsista do Instituto de Acesso à Justiça (IAJ) no Curso Regular de Preparação à Magistratura da Escola da Magistratura (AJURIS 2020). A oito anos coordenadora administrativa do Centro de Ensino Galeano e da Faculdade Estácio Polo Canoas - RS. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em administração de unidades de ensino e na gestão de políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres, bem como, a gestão administrativa pública, com ênfase em licitações. Fundadora do Projeto Defesa Periférica. Integrante da Rede de Criminalistas do Rio Grande do Sul e da Comunidade Criminal na Prática. (Texto informado pela autora). Última atualização do currículo em 29/12/2023.

Glaucia Maria Dias Fontoura

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpg.br/6785929646264651

Graduada em Psicologia pela Universidade de Vale do Rio dos Sinos(2006), Licenciada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul(2012), Especialista em Políticas Públicas de Gênero, Raça e Promoção da Igualdade, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014). Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(2022. Psicóloga, realiza atendimento em psicoterapia

individual de adolescentes e adultos. Experiência em Psicologia Clínica, Assistência Social e Saúde Pública. Colaboradora da Comissão Permanente de Relações Étnico Raciais do Conselho Regional de Psicologia do RS. Integrante do Coletivo Adinkra, Colaboradora da Articulação Nacional de Psicólogas(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades/ANPSINEP- Núcleo RS, Pesquisadora do campo da saúde mental da população negra e das relações raciais, de gênero e sexualidade. (Texto informado pela autora). Última atualização do currículo em 19/04/2024.